

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Registro de Preços para contratação de serviço de disponibilização de licenças para uso durante o período de subscrição, contemplando a renovação e ampliação da solução de gerenciamento de acesso privilegiado, gerenciamento de acesso remoto privilegiado, gerenciamento de identidades e proteção de *endpoint* da solução *Cyberark***, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência.
- 1.2. Natureza do Objeto:** Serviço Comum de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).
- 1.2.1. Os serviços, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns porque constituem solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, composto por licenças, instalação e configuração, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado.
- 1.3. Enquadramento para fins de vigência:** serviço de licenças para uso durante o período de subscrição, contemplando o serviço de instalação e configuração.
- 1.4. Prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação:** O prazo de vigência da contratação será de até 36 (trinta e seis) meses contados da instalação das licenças, podendo ser prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. Código SIASG: 27022**

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO)

- 2.1.** A presente contratação tem como razão a necessidade de serviço de proteção e gerenciamento de identidades privilegiadas, gerenciamento de acesso e *endpoints*.
- 2.2.** O quantitativo a ser contratado foi definido conforme Estudos Técnicos Preliminares.
- 2.3.** A justificativa para o parcelamento ou não do objeto foi apresentada nos Estudos Técnicos Preliminares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO¹

- 3.1.** Deverão ser fornecidos os seguintes *softwares* e seus respectivos licenciamentos de acordo com o ambiente computacional da Solução *Cyberark* já em uso no TRE-PR, além dos serviços descritos neste Termo de Referência:

¹ Descrição da Solução como um todo, considerando o ciclo de vida do objeto (art. 6º, XXIII, "c" da Lei 14.133/21).

LOTE ÚNICO						
ITEM	MODELO	DESCRIÇÃO	VALIDADE DA LICENÇA	QTDE TRE/PR	QTDE TRE/PA	Valor máximo aceitável UNITÁRIO
1	WORKFORCE-STANDARD-USER-SAAS	Workforce Identity Standard per user	36 meses	3.000	150	R\$ 724,98
2	PRIV-STANDARD-USER-SUBS	Privileged Access Management - PAM per User	36 meses	60	50	R\$ 22.785,36
3	PRIV-STANDARD-USER-SUBS	Privileged Access Management - PAM per User	24 meses	20	-	R\$ 16.769,77
4	EXT-VENDOR-USER-SUBS	PAM Remote Vendor User with Advanced Remote Access for 10 remote users	36 meses	03	02	R\$ 93.522,06
5	EPM-TARGET-WRK-SAAS	EPM for Workstation per workstation	36 meses	2.500	1450	R\$ 724,22
6	EPM-TARGET-WRK-SAAS	EPM for Workstation per workstation	24 meses	1000	-	R\$ 581,16
7	EPM-TARGET-WRK-SAAS	EPM for Workstation per workstation	10 meses	1.000	-	R\$ 295,31
8	EPM-TARGET-SVR-SAAS	EPM for Server per server	36 meses	50	40	R\$ 2.881,16
9	APP-REGIONS-SUBS	Secret management enterprise with Conjur enterprise and Credential Providers for a single region or datacenter	36 meses	02	-	R\$ 1.279.703,08
10	Serviço de Instalação e configuração	Serviço de Instalação e configuração de forma remota das Soluções Cyberark	01 dia (8h)	40	10	R\$ 11.356,50

3.1.1. **Itens 1 a 9:** Deverão ser fornecidos de acordo com a descrição de cada item ou possuir características técnicas superiores, obedecendo ao respectivo quantitativo estabelecido no item

3.1.

- 3.1.2. O Item 1 deverá englobar a funcionalidade de MFA (Múltiplo Fator de Autenticação) anteriormente fornecido pelo PART NUMBER "IAMFA-B2E-USER-SAAS" ou a licença correspondente a esta funcionalidade deverá ser acrescida em mesma quantidade.
- 3.1.3. Os itens 5, 6, 7 são referentes ao mesmo produto, porém com prazos de validade diferentes.
- 3.1.4. O item 10, Serviço de Instalação e configuração, deverá ser fornecido pela CONTRATADA de forma remota ou presencial, em pacotes de 8 (oito) horas por dia a serem solicitados pelo CONTRATANTE, para disponibilização da quantidade de licenças contratadas no painel da ferramenta.
- 3.1.5. O serviço de instalação e configuração deverá ser realizado de acordo com o especificado no item 4.5 e seguintes.
- 3.1.6. O início dos serviços profissionais de implementação da solução somente deverá ser realizado após comunicação direta e agendamento com a equipe técnica da CONTRATANTE, devendo acontecer em até 7 (sete) dias úteis após a assinatura do contrato pela Contratada.
- 3.1.7. O processo de agendamento será baseado no esforço dedicado, com antecedência mínima de 1 (uma) semana, devendo ocorrer preferencialmente em dias consecutivos, com agendamento mínimo de 8 (oito) horas de serviço.
- 3.1.8. O cancelamento do serviço agendado pelo CONTRATANTE deverá ocorrer com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas para a não contabilização de horas.
- 3.1.9. Os serviços deverão ser executados por profissionais da fabricante da solução ou fornecedor autorizado com experiência em atividades nas soluções descritas no documento, sendo da contratada a total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações atinentes à prestação de serviço, contemplando o fornecimento de todo processo de planejamento e *design*, arquitetura e implementação da solução proposta, fornecendo a documentação do ambiente.
- 3.1.10. A CONTRATANTE disponibilizará infraestrutura física e/ou virtual para instalação e configuração da solução, devendo a instalação e configuração ser iniciada após a aprovação do desenho da arquitetura elaborado pela CONTRATADA
- 3.1.11. Todos os componentes de licenças de softwares adicionais necessários ao pleno funcionamento da solução, de acordo com as especificações técnicas deste termo de referência, bem como, tudo que for necessário à instalação física e lógica dos softwares, migração e configuração dos ambientes, devem ser fornecidos pela CONTRATADA, sem custos adicionais ao CONTRATANTE.
- 3.1.12. A CONTRATADA será responsável, durante a vigência do contrato, pela avaliação de todo o ambiente com o intuito de identificar possíveis cenários com potenciais oportunidades de otimização da infraestrutura virtualizada e física para ganhos de desempenho e redução de custos, sem detrimento do desempenho do ambiente.
- 3.1.13. Ao final da implementação, o ambiente deverá estar totalmente funcional na solução de segurança, mediante aceite definitivo da CONTRATANTE.

3.2. Dos Requisitos Técnicos:

- 3.2.1. Requisitos técnicos que a solução deve apresentar:
 - 3.2.1.1. Cada pacote de *software* ofertado deve ser instalado em sua última versão estável e estar

coberto por contrato de suporte e atualização de versão pelo(s) fabricante(s) durante toda a vigência da licença de *software*.

- 3.2.1.2. Todos os componentes da solução devem permitir sua instalação em ambiente virtual, servidores físicos de propósito genérico ou em *appliance* virtual especializado.
- 3.2.1.3. A solução deverá estar licenciada de forma a integrar o mesmo painel de gerenciamento da solução já em uso no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.
- 3.2.1.4. Todas as licenças contratadas devem ser integradas aos painéis de gerenciamento da solução *Cyberark* já em uso no TRE-PR, recebendo as mesmas configurações já aplicadas nas licenças atualmente utilizadas pelo Tribunal.

4. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA

4.1. Dos requisitos de garantia:

- 4.1.1. A garantia deverá ser na modalidade remota e ou presencial pelo prazo de duração da licença contratada, bem como o mesmo prazo para os serviços de suporte, contados a partir do recebimento definitivo do produto, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.
- 4.1.2. O serviço de suporte deverá ser prestado integralmente pelo fabricante do software ou por empresa autorizada expressamente pelo mesmo.
- 4.1.3. Todas e quaisquer atualizações disponibilizadas para os produtos contidos na Solução aqui pretendida estarão inclusas no serviço de garantia.
- 4.1.4. A Contratada deverá manter, **durante a vigência da garantia**, e às suas expensas, central de atendimento para abertura de chamados técnicos em regime de 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias da semana, nos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias do ano. A central deverá ser acionada por e-mail, canal para abertura de chamados técnicos por meio de serviço *web* da contratada ou por telefone 0800 no idioma Português.
- 4.1.5. Na abertura do chamado técnico, deverá ser fornecido um número de registro único para cada chamado.
- 4.1.6. A contratada deverá, durante a vigência do contrato, prestar todas as informações solicitadas pelos gestores, esclarecendo dúvidas, inclusive, dando todo o suporte necessário no que tange a levantamentos e estudos referentes ao objeto da contratação, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**.
- 4.1.7. A contratada deverá atender aos chamados para suporte em, no máximo, 8h em dias úteis ou não, sendo que a solução definitiva ou de contorno deverá ocorrer em, no máximo, 72h (setenta e duas horas).
- 4.1.8. Caso seja dada uma solução de contorno, a contratada deve garantir que a solução adotada atenda às condições mínimas de funcionamento, e deverá, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, aplicar solução definitiva.

4.2. Da entrega do objeto:

- 4.2.1. As licenças deverão ser disponibilizadas em até **7 (sete) dias úteis**, contados a partir da assinatura do contrato e entregues de forma eletrônica através dos seguintes endereços:
 - 4.2.1.1. **Para o TRE-PR:** pelo e-mail da **Assessoria de Segurança Cibernética** - asc@tre-pr.jus.br ou na sede do TRE-PR, Rua: João Parolin, 224, Bairro: Prado Velho, Cidade: Curitiba-PR,

CEP: 80220-902.

4.2.1.2. **Para o TRE-PA:** pelo e-mail aguillar@tre-pa.gov.br, ao servidor Marcelo dos Santos Aguilar, telefone **(91) 3213- 4664** ou **(91) 3241-4375**, ou na sede do TRE-PA, Rua João Diogo, nº 288, Cidade: Belém-PA, CEP: 66015-160.

4.2.2. As licenças deverão constar no rol de licenças disponíveis na conta existente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná ou do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, a ser informada à contratada após a assinatura do contrato.

4.2.3. Do local de realização dos serviços:

4.2.3.1. **Tribunal Regional Eleitoral do Paraná:** serão realizados na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, **mediante prévio agendamento junto à Assessoria de Segurança Cibernética através do e-mail asc@tre-pr.jus.br.**

4.2.3.2. **Tribunal Regional Eleitoral do Pará:** serão realizados na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em Belém, na Rua João Diogo, nº 288, **mediante prévio agendamento junto ao servidor Marcelo dos Santos Aguilar, telefone (91) 3213- 4664 ou (91) 3241-4375, e-mail aguillar@tre-pa.gov.br.**

4.2.4. No **TRE-PR**, os serviços serão realizados em dias úteis de segunda-feira à sexta-feira, no horário compreendido entre 12h e 20h (doze e vinte horas).

4.2.5. No **TRE-PA**, os serviços serão realizados conforme dias e horários de funcionamento do órgão.

4.3. Do Recebimento:

4.3.1. **Do recebimento provisório:** Os serviços de instalação e configuração serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de 01 (um) dia útil contado da data de entrega, pela área responsável, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

4.3.2. **Do recebimento técnico:** as licenças e serviços serão recebidos tecnicamente no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados do recebimento provisório, por comissão técnica designada pela área responsável, do cumprimento das exigências de caráter técnico.

4.3.3. **Do recebimento definitivo:** as licenças e serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento técnico, pelo setor demandante, depois que comprove o atendimento das exigências contratuais.

4.3.4. Os serviços contratados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. DA INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO:

4.4.1. Apresentar plano de instalação e configuração, que deverá contemplar todos os tipos de ativos em produção na rede da contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a solicitação do gestor/fiscal técnico.

4.4.2. Apresentar certificados, ao Gestor da contratação, que comprovem a capacidade dos profissionais técnicos em implantação e configuração de ambiente Cyberark Certified Sentry

ou Cyberark Certified Guardian, em até 10 (dez) dias úteis antes do início da primeira fase do projeto, emitida pelo fabricante da solução, conforme item 4.5.12.

- 4.4.3. Deverá realizar a implantação física “assistida” ou remota de todo componente do software necessário para o funcionamento do item contratado, incluindo sua configuração e integração com *Active Directory*.
- 4.4.4. A implantação deverá contemplar a configuração do gerenciamento de contas das licenças fornecidas na contratação da solução deste termo de referência.
- 4.4.5. Instalação de todos os módulos da solução, incluindo elementos de contingência/DR.
- 4.4.6. Integração com os módulos já utilizados da solução por este Tribunal.
- 4.4.7. Integração com a base de usuários do *Active Directory* do órgão.
- 4.4.8. Homologação e testes.
- 4.4.9. Entrega em produção.
- 4.4.10. Operação assistida;
- 4.4.11. O processo de entrega das licenças e instalação completa deverá ocorrer em no máximo 30 (trinta) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

4.5. Das demais obrigações:

- 4.5.1. Deverá ser fornecida documentação completa e atualizada (manuais, termos de garantia, etc.), no idioma Português.
- 4.5.2. A contratada obrigará-se a manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.
- 4.5.3. A CONTRATADA deve repassar ao CONTRATANTE todas as vantagens promocionais oferecidas pelo fabricante dos softwares, que impactam no objeto da presente contratação, bem como fornecer acesso a documentação comprobatória dessas vantagens.
- 4.5.4. Executar, fielmente, o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e as orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade e boas práticas recomendadas pelo fabricante para implantação e configuração dos produtos objeto deste Termo de Referência e seus anexos.
- 4.5.5. A CONTRATADA e seus colaboradores e/ou representantes deverão zelar pelo sigilo de quaisquer informações referentes a infraestrutura de hardware e software, sistemas, dados hospedados em algum dispositivo de armazenamento, usuários, topologia, configurações, políticas de segurança e ao modo de funcionamento e tratamento das informações da CONTRATANTE, durante a vigência do contrato, bem como após o seu término, conforme Termo de Sigilo e Responsabilidade (Anexo II).
- 4.5.6. A CONTRATADA deverá entregar todas as documentações produzidas nas Fases de implantação da solução em formato editável (.doc, .docx ou .odt).
- 4.5.7. A CONTRATADA deverá elaborar os relatórios, apresentações e atas de reunião.
- 4.5.8. É responsabilidade da CONTRATADA dimensionar adequadamente o quantitativo de recursos necessários para a perfeita execução dos serviços, devendo contar com profissionais que tenham plenas condições de cumprir as atividades, de maneira não cumulativa.

- 4.5.9. A CONTRATADA quando expressamente solicitado pela CONTRATANTE deverá promover a substituição de profissional cuja operação esteja em desacordo com a melhor técnica vigente, devendo a empresa alocar substituto com grau equivalente ou superior de qualificação técnica.
- 4.5.10. A CONTRATADA deverá alocar profissionais para a execução das atividades de acordo com o projeto.
- 4.5.11. O Termo de Sigilo e Responsabilidade – Anexo II – deverá ser entregue aos gestores/fiscais do contrato em até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato.
- 4.5.12. A documentação comprobatória da certificação dos profissionais envolvidos nas atividades descritas no item 4.4.2 deverão ser entregues aos gestores/fiscais do contrato em até 10 (dez) dias úteis antes do início da primeira fase do projeto.
- 4.5.13. Aplicar as melhores práticas do fabricante das soluções descritas neste documento no que tange os procedimentos de instalação, configuração e operação das soluções.

4.6. Procedimentos de transição e finalização do contrato: Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

Nº	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
I	Entrega de versões finais dos produtos e da documentação	Realizar entrega de versões finais dos produtos e da documentação produzida.	Contratada
II	Transferência final de conhecimentos	Realizar a transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).	Contratada
III	Transferência final de conhecimentos	Realizar a transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção do serviço.	Contratada
IV	Trâmites finais para encerramento contratual	Providenciar trâmites finais para encerramento contratual.	Contratante

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Subcontratação:** É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.
- 5.2. Garantia da contratação:** A garantia será concedida pela fabricante durante a validade das licenças, conforme item 3.1 deste Termo de Referência.
- 5.3. Participação de Pessoa Física:** Não será admitida a participação de pessoa física, conforme IN SEGES Nº 116/2021.

5.4. Participação de Consórcio: Não será permitida a participação de consórcio, conforme art. 8º da Portaria DG TRE-PR 591/2022.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.2. Da designação de Gestor e Fiscal: A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados, ou, na falta destes, pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.3. Das atribuições do fiscal: A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.3.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.3.2. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.3.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.3.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.3.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.3.6. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.3.7. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.3.8. O fiscal do contrato deverá apresentar à CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.3.9. A CONTRATADA deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.3.10. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

- 6.3.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 6.3.12. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.
- 6.3.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.3.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 6.3.15. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.4. Gestor do Contrato:

- 6.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.4.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.4.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.4.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.4.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.4.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.4.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

- 6.4.8. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.4.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4.11. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7. DO CRITÉRIO DE PAGAMENTO

- 7.1. **Forma de pagamento:** o pagamento será processado em parcela única após entrega e instalação das licenças e apresentação da Nota fiscal.
- 7.2. De acordo com a política de licenciamento estabelecida pelo fabricante do software, o pagamento deverá ser efetuado em parcela única, após o recebimento definitivo das licenças e a entrega da respectiva nota fiscal.
- 7.3. Relativamente ao TRE/PR, a contratada deverá encaminhar a nota fiscal para o e-mail: asc@tre-pr.jus.br.
- 7.4. Relativamente ao TRE/PA, a contratada deverá encaminhar a nota fiscal para o e-mail: aguillar@tre-pa.gov.br.

8. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 8.1. As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/2018.
- 8.2. A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% do valor total do contrato.
- 8.3. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. Dúvidas poderão ser sanadas com a Assessoria de Segurança Cibernética, por meio do telefone (041) 3330-8767 ou pelo e-mail asc@tre-pr.jus.br.